

# RENEGOCIAÇÃO OU JUSTIÇA

Maria Tereza Correia/Estado de Minas



Dutra (E), Garotinho (C) e Itamar (D) querem mais prazo para pagar a dívida com governo federal. Eles alegam ter herdado um rombo financeiro das administrações anteriores em seus estados

Lydia Medeiros  
Enviada Especial

**B**elo Horizonte — Negociação ou briga judicial. Os sete governadores de oposição reunidos ontem no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, abriram uma porta para o diálogo com o governo federal, atropelado pela moratória mineira, mas impuseram condições. Querem um ano de carência, sem pagar as dívidas com a União nem sofrer o bloqueio dos repasses constitucionais, arma usada pelo Ministério da Fazenda para receber o dinheiro devido.

Eles deram um prazo até o dia 5 de fevereiro para que o presidente Fernando Henrique Cardoso responda se aceita ou não renegociar os acordos com os estados. Se houver recusa, seguirão o caminho já trilhado por Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, e Itamar Franco, em Minas Gerais: tentar na Justiça o direito de não pagar enquanto não tiverem condições financeiras.

O grupo elegeu uma comissão para conversar com Fernando Henrique — Olívio Dutra (PT-RS), Ronaldo Lessa (PSB-AL) e Anthony Garotinho (PT-RJ). Os três querem ser re-

cebidos pelo presidente e falarão em nome de todos os sete — além deles e do anfitrião mineiro, Zeca do PT (MS), João Capiberibe (PSB-AP) e Jorge Vianna (PT-AC). Com a solução, Itamar Franco ganha a chance de resolver os problemas de Minas sem precisar tratar diretamente com Fernando Henrique, hoje seu maior adversário político.

O tom de ultimato é menos radical do que parece. Durante as três horas de conversa, os governadores lamentaram os números catastróficos das administrações que ganharam nas urnas e admitiram estar quebrados. “Se Fernando Henrique disser que nessas bases não negocia, significa que negocia em outras. O que os governadores não querem é que ele diga que não negocia. Nosso principal objetivo é fazer com que o presidente reabra as negociações, porque não vai dar para pagar. O prazo de um ano pode até ser de seis meses”, admitiu o secretário de fazenda de Mato Grosso do Sul, o ex-deputado petista Paulo Bernardo, confiante nos resultados do encontro de ontem.

O documento assinado pelos sete governadores, a Carta de Belo Horizonte (veja íntegra abaixo), deixa cla-

ra a opção pelo caminho dos tribunais para escapar da inadimplência.

Garotinho, disse aos colegas que só tem como sobreviver até março. Ele já está preparando medidas judiciais para evitar o comprometimento, este ano, de 13% das receitas líquidas do estado do Rio no pagamento da dívida interna, de R\$ 21,7 bilhões. O instrumento deve ser diferente dos meios usados por Dutra e Itamar porque o acordo do Rio ainda não foi aprovado pelo Senado Federal.

A proposta de ter um ano para refazer as finanças dos estados partiu de Garotinho — que atuou como porta-voz do grupo, dividindo a cena com Itamar — e chegou a surpreender os colegas governadores. Esse prazo foi conversado durante o encontro, mas ficou fora do documento oficial. A idéia foi motivada por uma medida provisória editada em novembro que adiou por um ano o pagamento da parcela de entrada da dívida de São Paulo e outros estados. A mesma MP foi alegada pelo presidente do PMDB, Jader Barbalho (PA), como precedente para o diálogo. Mas o governo federal ignorou a tese. Garotinho foi mais longe: “Queremos um

ano sem pagar nem o principal, nem as parcelas”.

Mesmo com a tentativa de criar um clima de entendimento, Itamar reafirmou a moratória. Disse estar sem qualquer fôlego para honrar suas dívidas e o pagamento de salários e fornecedores: “A moratória permanece enquanto não tivermos dinheiro”. E, apesar de ter levado a culpa pela convulsão vivida pelo mercado financeiro na semana passada, Itamar falou contra as medidas de ajuste fiscal em votação no Congresso, especialmente o projeto que cobra contribuição dos aposentados do serviço público, esperança do governo de recobrar a confiança perdida no exterior: “Se eu fosse parlamentar, votava contra.”

## INGOVERNABILIDADE

O alagoano Lessa jogou a toalha: “Também não pagamos este mês. Devemos sete parcelas (R\$ 31 milhões) e a folha de R\$ 36 milhões. Os números falam”. Zeca do PT (MS), devedor de R\$ 2,6 bilhões à União, foi duro: “Migalha não serve”, disse, explicando que já tem comprometidos em 1999 R\$ 0,73 de cada real arrecadado no estado. Jorge Vianna pintou quadro semelhante.

O Acre depende dos repasses constitucionais — 85% da receita é constituída pela parcela do Fundo de participação dos estados. A folha de pagamento consome 73% dos recursos e a dívida, outros 13%. “É a ingovernabilidade”, resumiu.

Lessa garante que a carta de São Luís (assinada pelos governadores governistas) converge com as queixas da oposição. Informalmente, governadores que apóiam o presidente da República têm conversado com os colegas do outro lado. Por telefone, dizem estar sufocados e já classificaram Itamar de “santo” por ter ousado e decretado a moratória, precipitando a discussão das dívidas. “Itamar radicalizou, mas o que vocês conseguirem, queremos aproveitar”, disse um governador aliado de Fernando Henrique a um colega da oposição.

O dia acabou com um ato de apoio a Itamar e com protestos contra a política econômica e o desemprego. Cerca de 1,5 mil pessoas se reuniram em frente ao Palácio da Liberdade, numa manifestação organizada pelos sindicatos e com a presença do presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vicente de Paula, o Vicentinho.